

Ofício Nº 60/2024

Brasília 05 de julho de 2024

Ao Excelentíssimo

**Sr. Camilo Santana**

Ministro da Educação Ministério da Educação – MEC

**Assunto: Indicação dos Representantes do PROIFES-Federação para o Conselho Nacional de Educação (CNE)**

Prezado Senhor Ministro,

Em conformidade com a Portaria nº 546, de 13 de junho de 2024, e considerando a importância da composição do quadro de conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE), apresentamos a indicação dos representantes da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, PROIFES-Federação para compor a Câmara de Educação Básica (CEB) e a Câmara de Ensino Superior (CES) do referido Conselho.

O PROIFES-Federação é uma entidade sindical, de grau superior e com carta sindical, que representa docentes das instituições federais de ensino superior e da educação básica, técnica e tecnológica. Foi criada em 15 de setembro de 2004 com o objetivo de representar os interesses de docentes nos assuntos relativos à carreira, salário e educação nacional de qualidade. Atualmente, a Federação é composta por 11 sindicatos independentes e autônomos, representando cerca de 17 mil filiados. Sua Diretoria Executiva é formada por 11 diretores/as e a sua instância máxima de deliberação é o Conselho Deliberativo (CD), composto por 34 membros representantes dos sindicatos filiados. Além disso, anualmente, a Federação se reúne no Encontro Nacional, com a participação de delegados/as eleitos nos sindicatos de base. A dinâmica de debates e suas atividades sindicais envolvem um conjunto de Grupos de Trabalhos (GTs), tais como: GT Educação, GT Carreira (MS e EBTT), GT Direitos Humanos, GT Ciência e Tecnologia, GT Extensão e GT Aposentados.

O Proifes atua, de modo colaborativo, com diferentes entidades e instituições da sociedade, a exemplo das associações científicas do campo educacional presentes no Fórum Nacional Popular de Educação (FNPE). É membro permanente do Fórum Nacional de Educação (FNE), portanto, tem contribuído com o processo de concepção, implementação e avaliação da Política Nacional de Educação, inclusive na promoção da Conferência Nacional de Educação (CONAE/2024). Nessa última Conferência, inclusive, o representante do Proifes coordenou a elaboração do Doc. de Referência e a Plenária Final relativa ao tema da Educação para o Desenvolvimento Socioambiental Sustentável e dos Direitos Humanos. Além disso, também participamos das etapas preparatórias para a Conferência Nacional de CTI (5ª CNCTI).

O Proifes é filiado à Internacional da Educação (IE), organização presente em 178 países e que reúne 383 organizações sindicais da educação, bem como da Internacional de Educação da América Latina (IEAL). Somos ainda filiados à CPLP (Confederação Sindicatos da Educação dos Países de Língua Portuguesa) e à Central Única dos Trabalhadores.

Nossa Federação sindical busca atuar para além das questões de carreira, salários e condições de trabalho nas IFES, sempre contribuindo com a construção de políticas públicas, especialmente as ligadas à educação e ciência e tecnologia.

Ao reconhecer e enaltecer a importância do CNE, no seu papel de formulação e avaliação da política nacional de educação e no aprimoramento da educação brasileira, o reforçaremos com um órgão colegiado de caráter normativo, deliberativo e consultivo. Para tanto, consideramos ser fundamental que no CNE seja assegurada a participação e representação da sociedade em suas múltiplas vozes, segmentos, culturas e interesses, sempre guiando-se por escolhas de seus membros com reconhecida competência no domínio de vários temas e assuntos educacionais.

Ao pleitearmos, em especial, uma vaga ao Proifes-Federação no Conselho Nacional de Educação para a Câmara de Educação Superior, apresentamos alguns de nossos objetivos:

1. Contribuir com a educação brasileira, atuando para auxiliar a promoção de uma educação pública de qualidade socialmente referenciada, voltada ao desenvolvimento de uma sociedade justa, democrática, solidária e inclusiva;
2. Contribuir para a garantia da educação como direito de todos, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;
3. Atuar para garantir, por meio de normas e diretrizes, que as políticas educacionais sejam concebidas e implementadas de forma articulada por meio de um Sistema Nacional de Educação;
4. Atuar para garantir, por meio de normas e diretrizes, que as políticas educacionais, concebidas e implementadas de forma articulada, promovam a formação integral, incluindo a formação em direitos humanos e diversidades;
5. Atuar para garantir a educação ambiental, voltada ao desenvolvimento socioambiental sustentável, parametrizadas nas Diretrizes e na Política Nacional de Educação Ambiental;

6. Auxiliar na elaboração de normas e diretrizes que busquem assegurar a universalização, a expansão e a democratização da educação, com qualidade, em especial da educação superior, incluindo a pós-graduação e a pesquisa científica e tecnológica, parametrizadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;

7. Atuar para o estabelecimento de referenciais, parâmetros e dimensões de padrão de qualidade da educação superior, socialmente referenciado, criando mecanismos para sua efetivação, incluindo múltiplas dimensões, como as socioeconômicas, socioambientais e culturais, como possíveis referências de indicadores de qualidade para a melhoria de processo educativo e para a Política Nacional de Avaliação.

8. Atuar no aperfeiçoamento da regulamentação, com o estabelecimento de parâmetros, diretrizes e padrões de qualidade nacionais para a EAD como modalidade educativa, visando uma melhor e mais efetiva articulação, cooperação e integração entre os sistemas de ensino, além de buscar assegurar uma educação crítica das mídias com o uso de recursos educacionais abertos;

9. Auxiliar na elaboração de normas relacionadas à educação inclusiva, com reconhecimento e valorização da diversidade;

10. Fomentar ações concretas, a partir de diretrizes e legislações, que defendam o direito da juventude à aprendizagem, ao acesso e permanência, e à superação das desigualdades educacionais;

11. Auxiliar na definição de parâmetros e diretrizes para a valorização de todos os/as profissionais da educação, incluindo processos formativos permanentes;

12. Contribuir com a formulação de normas e diretrizes, parametrizadas nos marcos legais, a exemplo da CF/88, da LDD e do futuro PNE, para garantir o direito à educação pública de qualidade.

Assim, o Proifes, em seu pleito a um assento de conselheiro do CNE, na Câmara de Ensino Superior, deixa claro que sua atuação vai muito além do segmento que representa. Respeitará e irá colaborar com os demais setores nele representado, atuando sempre em respeito às decisões democráticas, valorizará os conhecimentos técnicos-científicos e fortalecerá a colaboração harmoniosa *de e com* todos os outros membros do Conselho.

O objetivo maior de atuação comum será o enfrentamento dos desafios e para a construção de um futuro melhor para a educação do país. Nossa tarefa permanente será auxiliar o MEC e a sociedade nos inúmeros desafios da educação brasileira, a exemplo da desigualdade social, da evasão escolar, da



Filiado à:



+55 (61) 3322-4162



proifes.org.br  
secretaria@proifes.org.br



SCS Quadra 1, Bloco I, Sala 803/804  
CEP: 70301-000, Brasília-DF

baixa qualidade do ensino, da garantia da inclusão, entre tantos outros temas urgentes e importantes.

Com essa breve apresentação e compromissos, indicamos o nome do **Professor Dr. Carlos Alberto Marques**, nosso Diretor de Políticas Educacionais, para ocupar a **vaga na Câmara de Educação Superior**, do Conselho Nacional Educação, cujo currículo segue mais abaixo.

Construir um futuro melhor para a educação brasileira é tarefa de vários atores, nos espaços social e institucional, de modo que estamos apoiando a indicação de nomes de entidades comprometidas com a educação pública, laica e inclusiva.

Assim, segue nossas indicações para a Câmara de Educação Básica e a de Ensino Superior do CNE:

#### **Câmara de Educação Básica (CEB):**

**Luiz Fernandes Dourado** - Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997), tem ainda pós-doutorado concluído em Paris/França, na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, 2010). É mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás (1990), onde também concluiu a sua graduação e licenciatura em Ciências Sociais (1983). É professor titular emérito da UFG, Diretor Presidente da ANPAE, membro do Fórum Nacional de Educação (FNE) e membro do Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC EB) da Capes. Além de contar com ampla experiência na área da Educação e da Sociologia da Educação, foi membro do Conselho Superior da CAPES, membro do Conselho Técnico Científico da Capes - Educação Básica e membro do conselho editorial de diversas revistas acadêmicas. Link para o currículo: <http://lattes.cnpq.br/1883931901388039>.

**Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho** - Natural de Recife/PE, é professor concursado na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e da Rede Municipal de Paulista, com Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas, e habilitação em Biologia. Sindicalista na área educacional, foi diretor de Políticas Sociais, de Formação Sindical, vice-presidente e presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Pernambuco (SINTEPE), além de secretário geral e presidente da Central Única dos Trabalhadores de Pernambuco (CUT-PE). Presidente da CNTE com mandato vigente até janeiro de 2026, já ocupou também a direção da entidade como secretário de Assuntos Educacionais, além de também ocupar o cargo de secretário geral da Confederação Sindical Educacional dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), com mandato vigente até outubro de 2027. Atualmente também ocupa o cargo e função de coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), com mandato até dezembro de 2027. Participou das comissões organizadoras das seguintes Conferências Nacionais de Educação: CONEB 2008, CONAE 2010, CONAE

2014, CONAPE 2018, CONAPE 2022 e foi Coordenador da CONAE 2024. Link para o currículo: <https://www.escavador.com/sobre/7443239/helena-manoel-gomes-de-araujo-filho>.

**Jaqueline Moll** é uma das principais referências da Educação Integral. No Ministério da Educação (2005-2013), foi Diretora de Políticas e Articulação Institucional da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; Diretora de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Permanente, Alfabetização e Diversidade e Diretora de Currículos e Educação Integral da Secretaria de Educação Básica. Coordenou a implantação do Programa de Educação de Jovens e Adultos Integrado à Educação Profissional (PROEJA), de 2005 a 2007, e do Programa Mais Educação, de 2008 a 2013, como estratégia para a indução da política de educação integral em tempo integral no Brasil. Participou da construção da Cátedra UNESCO: Cidade que Educa e Transforma na qual preside a Assembleia de Delegados/as. Foi Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (2014-2018). Agraciada com várias homenagens, entre as quais o Prêmio Cora Coralina, pela contribuição à educação como inclusão social, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação; o Prêmio Mariazinha Fusari de Educomunicação: Categoria Ação Profissional, do Núcleo de Comunicação da Universidade de São Paulo; a Comenda Porto do Sol da Câmara de Vereadores de Porto Alegre/RS e o título de Cidadã Honorária das cidades de Porto Alegre, Canoas, Erechim e Sertão. É Professora titular da Faculdade de Educação da UFRGS e dos Programas de Pós-Graduação em Educação em Ciências: química da vida e saúde da UFRGS e de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. <https://www.escavador.com/sobre/2842259/jaqueline-moll>

### **Câmara de Ensino Superior (CES)**

**Carlos Alberto Marques** é nosso Diretor de Políticas Educacionais. É professor titular do Departamento de Metodologia de Ensino, do Centro de Ciências da Educação, da Univ. Federal de Santa Catarina. É doutor em Ciências Químicas, pela Universidade de Veneza (Itália, 1996), com pós-doutoramento em ensino da Química Verde na Universidade do Porto (Portugal, 2018) e na Universidade de Veneza (2010). Licenciado e Bacharel em Química pela Univ. Federal de Santa Catarina (1988), coordena o Grupo de Investigação no Ensino de Química (GIEQ), trabalhando questões relacionadas à sustentabilidade ambiental e o ensino de Ciências e da Química Verde. É bolsista CNPq e foi Diretor Geral da Divisão de Ensino da Soc. Brasileira de Química e Diretor as Soc. Brasileira de Ensino de Química. Foi também Diretor do Centro de Ciências da Educação da UFSC (202-2008) e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica da UFSC (2012-2016). Atualmente é membro titular do Fórum Nacional de Educação (FNE), atua no GTT Ensino Médio, e foi membro do Grupo de Relatoria do Doc. Final da CONAE/2024, responsável pelo Eixo VII "Educação comprometida com



Filiado à:



+55 (61) 3322-4162



proifes.org.br  
secretaria@proifes.org.br



SCS Quadra 1, Bloco I, Sala 803/804  
CEP: 70301-000, Brasília-DF

a justiça social, a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento socioambiental sustentável para a garantia da vida com qualidade no planeta e o enfrentamento das desigualdades e da pobreza". Para conhecer mais, acesse ao CV: <http://lattes.cnpq.br/3495241443602221>.

**Alfredo Macedo Gomes** - Professor do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), atuou no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Mestrado Profissional em Educação Básica. É formado em Psicologia pela UFPE, com mestrado em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, além de ter pós-doutorado em Educação pela University of Bristol, na Inglaterra. Foi reitor da UFPE e diretor do Centro de Educação da UFPE. Membro da ANPED e da ANDIFES, integra o Conselho Técnico Científico da Educação Básica da CAPES. Coordena e realiza pesquisas na área de políticas públicas de educação superior. Link para o currículo: <http://lattes.cnpq.br/9556013338525128>.

**Monica Sapucaia Machado** - Doutora e Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com títulos reconhecidos pela Universidade Nova de Lisboa. Possui Pós-Graduação em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (2008) e Graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2005). Atua como Professora Permanente e Coordenadora do Programa de Mestrado Profissional em Direito no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). É autora do livro "Direito das Mulheres: Educação Superior, Trabalho e Autonomia" e coordenadora da coletânea "Women's Rights". Atualmente, desenvolve pesquisas financiadas na Organização de Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), focadas em políticas públicas de educação para formação de mão de obra qualificada na indústria verde e análise das oportunidades da revolução 4.0 no Brasil e América Latina, em comparação com modelos europeus. Conselheira do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos da FIESP (CONJUR), contribui para o debate sobre desenvolvimento jurídico e econômico. <https://www.escavador.com/sobre/704027/monica-sapucaia-machado>

Por fim, os trabalhadores da educação superior e da educação técnica e tecnológica terão no Proifes-Federação uma atuação séria, comprometida e competente no Conselho Nacional de Educação.

Atenciosamente,

**Prof. Francisco Wellington Duarte**  
Presidente do PROIFES-Federação